

REVISTA MARACANAN

Dossiê

As vantagens de ser um *outsider*: uma reflexão sobre a dinâmica do campo intelectual do pós-Guerra a partir de Norbert Elias

The advantages of being an outsider: a reflection on the dynamics of the post-War intellectual field based on Norbert Elias

Alexandra Dias Ferraz Tedesco*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 13 ago. 2022.

Aprovado em: 19 dez. 2022.



Este artigo é parte de um projeto de pesquisa mais amplo sobre a história do anti-intelectualismo na primeira metade do século XX. Agradeço aos integrantes do projeto de pesquisa "Origens Intelectuais do Anti-intelectualismo", Lucas Couto (bolsista CNPq), Arthur Bernardo Souza e Elen Procopio (voluntários), discentes dos cursos de História e Ciências Sociais da UERJ.

* Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas; Mestre e graduada em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. (alexandra.tedesco@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0001-7840-5014>

 <http://lattes.cnpq.br/8667851536249266>

Resumo

O presente artigo procura analisar a emergência e consolidação de uma zona híbrida de legitimação intelectual a partir dos anos 1940 e das reconfigurações no próprio conceito de universidade que a Guerra Fria engendra. Essa análise é feita levando em conta a rede de intelectuais liberais que se agruparam em torno da *Mont Pèlerin Society*. Quero sugerir que essa dinâmica altera significativamente o significado público da posição de *outsider*, positivando-o em comparação ao discurso professoral clássico da universidade. A hipótese é que essa mudança de percepção valorativa sobre a condição social dos *outsiders* nos ajuda a compreender as dinâmicas contemporâneas de crítica e crise da universidade, bem como a emergência de instâncias paralelas de enunciação do conhecimento, algumas delas pouco comprometidas com os procedimentos e metodologias científicas. Para realizar o cotejo entre essas duas dimensões – uma propriamente histórica e outra de ordem conceitual – sugiro um percurso crítico à algumas obras do sociólogo alemão Norbert Elias.

Palavras-chave: Norbert Elias. *Outsider*. Guerra Fria. Campo Intelectual. Liberalismo.

Abstract

This article aims to analyse the emergence and consolidation of a hybrid zone of intellectual legitimacy from the 1940s onwards and the reconfigurations in the very concept of university that the Cold War engendered. This analysis is made taking into consideration the network of liberal intellectuals that grouped around the *Mont Pèlerin Society*. The suggestion is that this dynamic significantly alters the public meaning of the outsider position, making it positive compared to the classic professoral discourse. The hypothesis is that this change in the evaluative perception of the social condition of outsiders helps us to understand the contemporary dynamics of university criticism and crisis, as well as the emergence of parallel instances of knowledge enunciation, some of them not committed to procedures and scientific methods. In order to compare these two dimensions – one properly historical and the other of a conceptual outlook – I suggest a critical approach to some works by the German sociologist Norbert Elias.

Keywords: Norbert Elias. Outsider. Cold War. Intellectual Field. Liberalism.

Pessoas com a posição de outsiders em relação a certos grupos estabelecidos, mas que se sentem seus iguais ou mesmo superiores, por suas realizações pessoais ou, algumas vezes, até mesmo por sua riqueza, às vezes reagem rancorosamente às humilhações a que estão expostas; podem também estar plenamente conscientes dos defeitos do grupo estabelecido. Mas enquanto o poder do establishment permanecer intacto, tanto ele como seu padrão de comportamento e sentimento podem exercer uma atração muito forte sobre os outsiders. Muitas vezes o maior desejo destes é serem reconhecidos como iguais por aqueles que os tratam, tão abertamente, como inferiores. A curiosa fixação dos desejos dos outsiders pelo reconhecimento e aceitação do establishment faz com que tal objetivo se transforme no foco de todos os seus atos e desejos, sua fonte de significado. Para eles, nenhuma outra estima, nenhum outro sucesso, têm tanto peso quanto a estima do círculo em que são vistos como outsiders inferiores, quanto o sucesso em seu establishment local. Precisamente este sucesso foi, afinal, negado a Mozart.

Norbert Elias. *Mozart: a sociologia de um gênio*.

Introdução

Uma figura recorrente no debate público dos últimos anos, no Brasil e alhures, é a do “criador de conteúdo”. As vertentes são as mais variadas possíveis: de moda a nutrição, da psicologia positiva aos debates antropológicos sobre a família. A proliferação de plataformas digitais alimenta, como é sabido, dinâmicas e temporalidades distintas daquelas da produção do conhecimento disciplinado e universitário. Atravessam essas novas modalidades, todavia, duas questões que dizem respeito diretamente ao modo como produzimos e colocamos em circulação o conhecimento institucionalizado. A primeira delas é o fato de que essa “produção de conteúdo” eventualmente aparece como complemento do trabalho de profissionais liberais – médicos, consultores, professores – sendo parte importante do engajamento de clientes e, às vezes, da própria sobrevivência financeira desses sujeitos. Essa dimensão afeta a própria dinâmica da divisão do trabalho, de modo que perpassa, como não poderia deixar de ser, o trabalho do historiador e do professor de história. Outra questão importante diz respeito à legitimidade profissional das produções de conteúdo na área de ciências humanas, e é com essa dimensão que este ensaio pretende dialogar. Isso porque, para além de projetos de divulgação científica propriamente ditos, executados com cuidado e seriedade por diplomados ou não na área, há uma miríade de “interessados em temas das humanidades” que se colocam como sujeitos

legítimos do discurso público sobre a história amparando-se justamente no fato de serem “não-acadêmicos” e construindo sua identidade a partir dessa negativa.

Muito já foi dito sobre essa dinâmica nos últimos tempos, tanto sobre o que ela informa sobre a hipertrofiada categoria de “intelectuais públicos” e suas dinâmicas de consagração (Cf.: MALERBA, 2017; RODRIGUES, 2018), quanto sobre seus efeitos na própria institucionalização do conhecimento acadêmico (Cf.: De GROOT, 2009; NICOLAZZI, 2021). Mais recentemente, a amplificação de discursos negacionistas, muitos deles emergindo a partir dessas posições “heterodoxas” ou “autodidatas” vêm chamado a atenção, no sentido emergencial do termo, da comunidade historiográfica e científica de modo geral (Cf.: SHAPIN, 2020). Mas, afinal, sendo parte de um movimento tão amplo e tão contemporâneo quanto a própria expansão da influência das redes na dinâmica social, será que seria possível agrupar tipos tão diferentes como uma jornalista que tem um *podcast* de sucesso, um ex-professor universitário que oferece cursos sobre a felicidade, um ex-guru radicado na Virgínia e um empresário dono de um canal monetizado de história no YouTube? Ainda, de que nos serviria, efetivamente, enquadrá-los em uma tipologia, senão para que essa posição seja colocada em oposição em relação à nossa prática profissional? Seríamos todos, em última instância, “criadores de conteúdo”, diferenciando-nos apenas no que diz respeito ao canal de comunicação que escolhemos e ao grau de legitimidade que ele possui?

Menos do que responder categoricamente a essas questões, este ensaio tem a intenção de acompanhar o desenvolvimento histórico de uma tensão: a transformação valorativa do conceito de *outsider*, sua positivação. Essa transformação nos ajuda a entender não o surgimento, mas o processo de legitimação de posições alternativas à universidade no debate público sobre temas científicos. Quero argumentar que não se trata de um movimento através do qual os *outsiders* – intelectuais ou autodidatas de fora da universidade – se tornam *insiders*, acessando posições outrora vedadas graças aos sistemas formais de recrutamento acadêmico, mas de um movimento perfeitamente contrário: o *outsider* se torna, em relação ao *insider*, prestigiado graças à própria posição marginal que ocupa.¹ As margens da consagração acadêmica, nesse caso, se deslocam para o centro do debate do público, não mais posicionando-se como *outsiders* em relação à universidade, mas posicionando a universidade como marginal em uma dinâmica que conecta, através do uso do discurso da espontaneidade e da autoformação, o “criador de conteúdo” com a esfera pública. Não contra a universidade, mas apesar dela, parece frutificar o espaço do *outsider* do século XXI.

¹ Discussão semelhante foi tematizada por Jaap Bos, em *Types of Marginalization and Their Constitutive Relationship to Discourse* (2008). Neste artigo, ele se propõe a mostrar que a marginalidade no campo intelectual não é exatamente um fenômeno marginal: ao contrário, para ele essa posição está no próprio coração da atividade científica, na medida em que é a posição marginal que reafirma a razão de ser do dominante. A marginalização, enfim, não é exclusão, mas um modo de definir uma posição a partir de sua inclusão em um determinado jogo.

Cabe, ainda, uma ponderação sobre o uso referencial do termo *outsider*. Será justo chamar de *outsider* alguém com milhões de visualizações? *Outsider* em relação a quem? Seria justo chamar de *insiders* aqueles que falam apenas para seus pares?

Sugiro que o termo *outsider*, tal como usado por Norbert Elias em algumas de suas obras, pode ser um caminho para agrupar e, assim, entender melhor essas posições: os críticos do conhecimento “institucionalizado” são *outsiders* na medida em que tem muito capital social e pouco capital acadêmico, mas são também *outsiders* positivados pela desvalorização do tipo de capital que não detêm. Trata-se de narrar, nesse sentido, não a história dos *outsiders*, o que seria material para uma enorme agenda de pesquisa, mas a história da transformação do *outsider* em sujeito privilegiado de enunciação intelectual nas últimas décadas.

Essa posição privilegiada – construída, entre outras coisas, com base na demonização do discurso professoral – parece ter se tornado suficientemente autoconsciente em setores importantes dos “produtores de conteúdo histórico”, tais como o Brasil Paralelo (Cf.: NICOLAZZI, 2021). Como o nome da empresa indica, trata-se de ostentar o caráter *outsider* do empreendimento. Sua atratividade é construída graças ao paralelismo em relação ao *establishment*, posição na qual estariam agrupadas as universidades e o discurso professoral. Para tematizar algumas dessas questões aqui apresentadas, parto de uma leitura direcionada de três textos do sociólogo Norbert Elias (1897-1990): a saber *Os estabelecidos e os outsiders sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, organizado por Elias e Scottson (2000), *Scientific Establishments and Hierarquies*, organizado em parceria com Martins e Whitley (1982) e *Mozart, a sociologia de um gênio* (1995). Elias foi, ele próprio um *outsider* (LEPENIES, 1978), e tematizou do ponto de vista etnográfico e analítico as dinâmicas de tensão que se dão entre grupos com poder de estigmatização sobre outros. Proponho, contudo, uma contradição ao uso do termo *outsider* elaborado por Elias. Enquanto, para ele, a posição *outsider* carrega necessariamente o estigma negativo da condição anômica, sugiro que as dinâmicas intelectuais do pós-guerra têm um papel fundamental na conversão da falta de capital acadêmico em sinalização de virtude. Essas dinâmicas, que dizem respeito à realidade dos campos nacionais, parecem estar atravessadas, se minha hipótese procede, por um projeto sistemático de descredibilização da universidade e, no limite, do próprio Estado de bem estar.

Os estabelecidos e os *outsiders*: a dinâmica da estigmatização

A obra *Os Estabelecidos e os outsiders*, escrita por Elias em parceria com John Scotson e publicada originalmente em 1965, trata de uma comunidade industrial cujo nome fictício é Winston Parva. Após análise etnográfica, os autores ensaiam uma interpretação que opõe o grupo dos estabelecidos (setores operários mais antigos do vilarejo, ressentidos da chegada de operários novos) e *outsiders* (famílias recentemente instaladas na área, às quais é atribuída, injustamente, a responsabilidade pelo aumento da criminalidade no local). Ampara essa análise uma extensa introdução teórica que tematiza a relação entre estabelecidos e *outsiders* a partir

de uma proposta generalizadora, que pretende afirmar que a polaridade estabelecidos-*outsiders* é interessante para observar diversas dinâmicas de estigmatização de grupo, não apenas aquelas operantes em Winston Parva.

Recuperando o argumento generalizante dos autores, proponho, nesse momento, uma atenção aos limites e os ganhos do uso dessas categorias aplicados ao universo intelectual, sobretudo no contexto do pós-guerra e das mudanças que aquela configuração específica provocou na relação entre a universidade e a política.

Começemos pelo que Elias define como o contrário necessário do *outsider*: o estabelecido. A posição do *establishment* seria rigidamente definida como a posição de poder. Os *insiders*, assim, se definiriam a partir da fronteira que estabelecem, através de mecanismos de distinção e estigmatização, em relação aos outros, *outsiders*, os “não-membros da boa sociedade”. Uma questão importante que emerge dessa definição é que os *insiders* se entendem efetivamente como um grupo social, enquanto os *outsiders* não são percebidos como tal: são muitos, plurais, particularizados. Os que estão inseridos, assim, participam de um carisma de grupo, ausente na posição dos recém-chegados. Essa integração ao carisma tem um preço: a submissão individual às regras. Assim, a reivindicação da integração não é uma petição que se descreve como autenticidade, mais precisamente como capacidade de pertencimento e adaptação. Ademais, é importante considerar que o que dá coesão ao grupo estabelecido é um conjunto de práticas (reuniões sociais, ocasiões celebrativas, festas, encontros, clubes, associações etc.), mais que um regime estatutário (no caso da comunidade analisada pelos autores, por exemplo, não havia diferença de classe, raça ou renda entre os estabelecidos e os *outsiders*). Nesse sentido, ainda que se altere o equilíbrio de forças real (um grupo *outsider* ascendendo a posições de poder econômico, por exemplo), os pertencentes ao grupo estabelecido não costumam assumir automaticamente essa mudança, e seguem cultivando sua imagem de superioridade construída pelas interações práticas, ainda que as condições objetivas tenham se alterado desfavoravelmente. Nos termos de Elias (2000, p. 23):

A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Essa é também a precondition decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo *outsider* por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar o outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos *outsiders* pode fazer-se prevalecer.

Essa constatação de Elias nos leva a pensar nesses mecanismos resilientes de perpetuação da autoimagem dos estabelecidos. A dimensão das práticas, ajustes pré-reflexivos nos termos de Bourdieu (2010), é mais resistente à mudança do que as definições jurídicas ou mesmo as posições econômicas em constante oscilação. Isso ocorre porque os estabelecidos fundam seu poder e autoridade na antiguidade, enquanto os *outsiders* são frequentemente associados à anomia. Essa condição anômica é resultado, na descrição que os *insiders* fazem a respeito dos *outsiders*, do fato de que os desgarrados são elementos novos, fatores desintegrados de desintegração, que não possuem a seu favor a atestação de “boas práticas”

que o tempo e a continuidade geracional oferecem. Quero argumentar, contudo, que é justamente dessa condição de anomia que o discurso de posituação do *outsider* retira sua força quando aplicado ao mundo intelectual: a não integração no grupo, ao contrário de representar uma precariedade, torna-se singularidade, autenticidade, capacidade de escapar do carisma de grupo e de suas obrigações a partir de uma posição de pureza individual. Na análise de Elias, o grupo estabelecido do pequeno vilarejo de Winston Parva imputa aos recém-chegados imigrantes uma condição de falta: falta de coesão, falta de tempo, falta de solidariedade de grupo. Quando transposto para as dinâmicas do campo intelectual, o par conceitual em questão transforma o sentido dessa carência: tudo se passa como se a ausência de vínculos fosse o que atesta, por assim dizer, a moralidade do sujeito. Precisamente o discurso da ausência de laços e de amarras, da não incumbência de ter que se portar em retribuição ao carisma de grupo, passa a funcionar como chancela da posição marginal. Cria-se assim um grupo de anti-grupos no qual o discurso da individualidade prevalece, transformando o estigma do *outsider* em um ativo simbólico que se traduz como “capacidade de dizer a verdade ao poder” (SAID, 2005). Um novo conjunto de virtudes (Cf.: PAUL, 2014), em suma, a um só tempo excludentes e prescritivas, passa a operar como critério de integração dos praticantes de determinadas profissões acadêmicas. Desse conjunto, a virtude que lastreia a posição *outsider* parece ser justamente a ausência de espírito de corpo, ou sua negação prática: mantendo a posição de *outsider*, o indivíduo pode falar sobre a artificialidade do poder dos *insiders*, ativando assim a simpatia de todos aqueles que, como ele, não dominam as regras de recrutamento ou não são por elas contemplados.

Um diálogo interessante pode ser estabelecido, nesse momento, com o conceito de distinção, tal como mobilizado por Pierre Bourdieu, sobretudo porque ajuda a ancorar a discussão sobre a integração em grupos de poder no universo intelectual. Falando sobre a diferenciação entre o capital escolar – mormente de grupos recém-chegados ao universo acadêmico – e capital familiar – *habitus* quatrocentões, socialização naturalizada com a cultura legítima *etc.* – Bourdieu tematiza uma distinção interessante entre o autodidata antigo, aristocrata, e o autodidata contemporâneo. O primeiro, para ele, definia-se por uma relação de respeito à cultura legítima, efeito de uma exclusão escolar precoce.

Pelo contrário, os autodidatas de estilo novo mantiveram-se frequentemente no sistema escolar até a um nível relativamente elevado e, durante essa frequência mal recompensada, adquiriram uma relação simultaneamente emancipada e desiludida, familiar e desencantada com a cultura legítima, que nada tem em comum com a reverência distante do autodidata antigo (BOURDIEU, 2010, p. 154).

A imagem do *outsider* e a do autodidata se encontram, sinteticamente, a partir da gestação de um imaginário que associa o pertencimento ao grupo à perda de valores intelectuais. Tudo se passa como se, a partir de determinado momento, a figura daquilo que é um intelectual deixasse de ser associada a participação em comunidades – acadêmicas, científicas, universitárias – e passasse a ser associada à essas figuras disruptivas, excluídas, que se

comportam como anjos vingadores dos mecanismos de organização institucional do saber. Essa situação, contudo, não é essencial nem imutável. Ao contrário: é o efeito de uma mudança na autoimagem do intelectual e do acadêmico que não pode ser entendida senão a luz dos contextos históricos e culturais em que ocorre. Como nos lembra Christopher Charle em *The Birth of intellectuals* (2015), a tensão entre a identidade de grupo e personalidade irreduzível acompanha a própria definição da ideia de “intelectual”. A posição de marginal foi historicamente compreendida como um espaço ótimo de criação e liberdade individual, ainda que a custo de uma posição socialmente menos integrada e, por isso, menos privilegiada. Essa costumava ser, inclusive, a maneira escolhida por Voltaire para descrever o que diferenciava o verdadeiro “homem de letras” dos oportunistas de seu tempo. A crítica aos intelectuais *insiders*, digamos assim, nasce antes da própria possibilidade de que eles fossem reconhecidos como grupo identificável, já avançadas décadas do século XIX.² Recuperando, portanto, a dimensão propriamente histórica desse tensionamento, podemos nos perguntar: quando e como a posição do *outsider* se torna moralmente mais vantajosa que a do *insider*?

Mais Mozart, menos Sartre: o pós-guerra e o medo dos coletivismos

A relação da universidade com seu entorno cultural nunca foi consensual. Os muitos discursos sobre a crise da universidade contemporânea, inclusive, poderiam se beneficiar da colocação de Collini (2017) de que a crítica da universidade é tão antiga quanto ela própria. As origens dessa tensão são antiquíssimas, como a seu modo destacou Reinhart Koselleck (1999), acompanhando e eventualmente precedendo a própria institucionalização da universidade moderna em associação com os Estados Nacionais. Em *Crítica e Crise*, o autor comenta o surgimento de uma moralidade do indivíduo agrupado nas *sociétés* em oposição ao Estado. Essas *sociétés* – científicas, profissionais etc. – compostas majoritariamente por grupos com prestígio econômico que não encontram espaço dentro da dinâmica estatal, possuem em comum uma sensibilidade “*anti-establishment*”, convertendo o Estado em uma imoralidade ou em um elitismo às avessas graças ao fato de que os direitos de entrada não correspondem aos mesmos do restante do mundo social nos quais se saem substancialmente melhor.

O portador da moral secreta não é mais o indivíduo, mas a sociedade, a *Society* que se forma nos *clubs*, onde os filósofos se dedicam a investigar as leis morais. Os cidadãos não se submetem apenas ao poder estatal: juntos, formam uma sociedade que desenvolve suas próprias leis morais, que se situam ao lado das leis do Estado (KOSELLECK, 1999, p. 51).

² Para Charle, há uma distinção importante que se opera entre o grupo intelectual consolidado e sua dinâmica de recrutamento, a saber, aquela que define o centro de poder dessa nova elite e seus marginais. Em seus termos, “*This new group was defined by other intellectuals, who rejected it on the basis of different, more traditional, conceptions: that of the man of letters or, from the revolutionary standpoint, that of the partisan ideologist. The use of the term ‘intellectual’, as a substantive and in the plural, was pioneered by two groups of writings from the 1890s: speeches with a strong political connotation, hailing from the extremes of the intellectual field*” (CHARLE, 2015, p. 39).

Esse processo, que se refere às primeiras *sociétés* inglesas, ainda no século XVII, dá origem a uma tensão constitutiva entre espaços públicos e privados de produção científica (Cf.: COSER, 1968; CHARLE, 1994), passando pelas disputas de legitimidade entre os salões, os cafés, as sociedades científicas e a própria universidade.

Reconhecendo a história dessa tensão, proponho, contudo, localizar uma gênese pragmática da transformação do *outsider* em valor positivo: o pós-guerra e as discussões em torno do próprio sentido do termo intelectual. Os efeitos do conflito na tradição universitária europeia já foram bastante tematizados. A crise do sistema universitário alemão – fissurado pela expulsão de parte importante de sua comunidade acadêmica e pela adesão de outra parte ao terceiro Reich – foi tematizado por Martin Jay (1986), Fritz Ringer (1999) e Wolf Lepenies (1985). O efeito dispersivo da ocupação francesa também foi objeto de exaustivos debates em torno do conceito de engajamento intelectual (SARTRE, 1989; ARON, 2011; CAMUS in ARONSON, 2007). Em paralelo a isso, a ascendência da universidade americana e de seu modelo mais técnico e departamental também cumpre uma função central nessa dinâmica (TOURAINE, 1997; SCOTT-SMITH, 2002). Todas essas são mudanças institucionais importantes, mas quero destacar aqui um ponto de conexão entre todas essas dinâmicas: o fortalecimento de zonas híbridas de enunciação intelectual que, durante as décadas de 1950 e 1960, procuravam reinventar o debate acadêmico, contornando a universidade e todos os comprometimentos políticos que a enredavam no contexto da Guerra Fria. Já nos primeiros anos após a Segunda Guerra, um circuito de congressos, associações e publicações começa a se formar a partir da interlocução entre intelectuais europeus e americanos. A maior parte desses empreendimentos reunia egressos do mundo universitário que procuravam, ao adotar uma posição de “neutralidade”, afastar-se da imagem de intelectual engajado e criar uma espécie de “circuito privado” de intelectuais “apolíticos”, dedicados a pensar soluções técnica para o problema dos coletivismos e das adesões autoritárias. Os exemplos mais famosos dessa rede são o Colóquio Walter Lippman, organizado em Paris ainda em 1938, o *Congress of Cultural Freedom*, de 1950 e, claro, a *Mont Pèlerin Society*, instituição criada a partir do esforço de von Hayek que pretendia reunir a intelectualidade “anti-coletivista” do pós-guerra em torno de um projeto internacionalmente organizado (Cf.: ONOFRE, 2018).

Scott Smith, em *The politics of apolitical culture*, referindo-se ao *Congress of Cultural Freedom*, que reuniu nomes como Hannah Arendt e Karl Popper, reitera o discurso pretensamente apolítico dessas iniciativas, às quais se refere como um equivalente intelectual do Plano Marshall. Em sua análise, essa rede de congressos e associações da intelectualidade liberal do pós-guerra, capitaneada pelos EUA, baseava-se na reativação da ideia de uma república dos cientistas, que guiariam as massas incautas para longe dos coletivismos. Vale ressaltar que, ainda que protagonizadas pelos EUA, ao mesmo tempo, essas políticas de normalização e consenso iam ao encontro da que as elites europeias supunham eficaz para combater o inimigo em comum, o comunismo. Outro exemplo interessante é o caso do Colóquio Walter Lippman, organizado ainda em 1938 e que pode ser entendido como um pioneiro dessas

iniciativas. Louis Rougier era um acadêmico marginal, um *outsider*, que lecionava na Universidade de Besançon quando reuniu um conjunto de acadêmicos, jornalistas e economistas para discutir a obra de Lippman em Paris (Cf.: DEWULF; F. SIMONS, 2021). Dessa iniciativa pioneira, que amalgamava posições heterodoxas e marginais no campo intelectual da época, começaria a emergir ideia de construir uma espécie de *Bildung* liberal, uma agenda de auto-formação que funcionasse como uma associação paralela à universidade formal. Desse esforço nasceria, anos depois, a *Mont Pèlerin Society*.

O que há de comum entre todas essas iniciativas é a tese da cruzada cultural. Para que determinadas versões da crítica ao Estado de bem estar da época pudessem coexistir com a função propriamente dirigente dessa “consciência esclarecida” que se pretendia conformar, foi preciso reativar a imagem positivada do auto-didata. O auto-didata era aquele que, estando fora dos constrangimentos da universidade (nem sempre por vontade própria, diga-se de passagem), enuncia-se como estando fora dos constrangimentos da própria política, na medida em que, nos anos imediatamente posteriores ao fim do conflito, o debate sobre o engajamento intelectual ganhava força no campo intelectual europeu, encarnado na figura sempre combativa de Jean Paul Sartre.

Essa discussão sobre o engajamento intelectual também aparece em 1947 quando, por iniciativa de Hayek, dá-se o primeiro encontro da *Mont Pèlerin Society*, na Suíça. Naquela ocasião, liberais de todas as vertentes (desde Hayek e Mises, passando por Bertrand de Jouvenel, até Popper) pretendiam dar uma resposta à “crise da Europa” a partir da gestação de um espaço intelectual “livre dos constrangimentos da política”.³ Nos termos de Butler (2000, p. 1): “*It has no official views, formulates no policies, publishes no manifests, aligns itself with no party, and accepts no political or public funding. It does not even try to reach agreement in its discussions; no votes are taken, and to promote frank argument, its proceedings go unreported*”.

O inimigo contra o qual se insurgia essa intelectualidade era um amalgama entre o engajamento, a politização da universidade e os regimes de esquerda, sobretudo o soviético. Um dos grandes debatedores dessa contenda, o filósofo da ciência Karl Popper, sintetizava a posição desses *outsiders*: os intelectuais que, de alguma maneira, lançaram-se a fazer previsões nos anos anteriores – sobretudo a partir de Hegel e Marx – tinham responsabilidade sobre os descaminhos totalitários da Europa nos anos 1930 e 1940. Hayek, anos depois, radicalizaria essa posição no prefácio de *Caminho a Servidão* (1990, p. 48):

³ Os pontos de acordo definidos na reunião de 1947 foram da seguinte maneira agrupados pelos participantes do evento: Ligação intrínseca entre livre mercado e liberdade individual em si mesma. A liberdade econômica é o fundamento da liberdade individual e, ao mesmo tempo, o estado ótimo da produtividade. Todo homem racional planeja o futuro, mas o planejamento deve ser sempre individual, nunca estatal. O declínio da competitividade do mercado está ligado de modo orgânico ao totalitarismo. É preciso haver instituições que preservem essa liberdade de mercado. Idealmente, o governo deve ser limitado à esfera jurídica. O totalitarismo é um clima de ideias que envolve mais do que a questão econômica, e faz parte do amadurecimento de uma tradição coletivista de origem alemã. Os princípios morais de uma nação não devem governar mais o indivíduo do que seus próprios princípios. Um dos piores frutos e janelas para o totalitarismo são os determinismos históricos e a ideia de que a história possui leis. A liberdade intelectual deve ser necessariamente irrestrita (Cf.: MIROWSKI; PLEHWE, 2009).

Nos sessenta anos seguintes, a Alemanha converteu-se no centro de onde as ideias destinadas a governar o mundo no século XX se propagaram para leste e oeste. Hegel ou Marx, List ou Schmoller, Sombart ou Mannheim, o socialismo em sua forma mais radical ou apenas a “organização” ou a “planificação” de natureza menos radical – o pensamento alemão foi pronta e amplamente importado, e as instituições alemãs imitadas”.

Os efeitos dessa reunião da *MPS* na dinâmica intelectual dos anos 1950 e 1960 foram estudados por Mirowski (2009). Apresentar-se como um *think tank* garantia o apoio de empresários e setores importantes da opinião pública americana, de modo que não se pode subestimar a força desse movimento para entender a circulação das ideias liberais nas décadas seguintes (MIROWSKI, 2009). Efetivamente, essa posição ajudou a consolidar uma imagem antagônica ao discurso professoral. Steven Shapin, em *The Scientific Life* (2008), narra também o efeito público de descrédito da ciência a partir da associação, pelo discurso liberal, da universidade com a política. O autor aponta que entre 1930 e 1940 a imagem pública do cientista, ao menos nos EUA, passa por um importante processo de dessacralização, que se complementa nos anos iniciais da Guerra Fria a partir das muitas colaborações entre cientistas e políticas governamentais. Profissionalizada e dotada de recursos sem precedentes, – “*a hugely expanded job-market for academic, industrial, and government scientists; and heightened public respect for scientists’ power. Scientists had never before possessed such authority, largesse, civic responsibility, and obligations*” (SHAPIN, 2008, p. 65) – a universidade passa ser considerada um agente público de primeira grandeza e, com isso, um agente político, passando a ser cobrada como tal. A responsabilidade moral do cientista se torna um tema de debate público ainda mais abrangente após o Projeto Manhattan, e traz para o debate americano a muito francesa querela sobre a responsabilidade intelectual diante dos fins acadêmicos.

Quero afirmar, sinteticamente, que esse circuito do pós-guerra, baseado nos colóquios supracitados e nessas redes que conectavam liberais europeus e americanos, foi decisivo para consolidar, no discurso público hegemônico, uma oposição entre a universidade e a “intelectualidade livre”.

Os efeitos públicos desse discurso são sentidos em muitos níveis, inclusive no crescente anti-intelectualismo que se acirra no pós-guerra. Como salienta Richard Hofstadter (2012), embora o anti-intelectualismo não seja uma prerrogativa específica nem dos EUA nem do pós guerra, ele assume, nesse momento, uma feição aglutinadora do debate público. O autor menciona, por exemplo, a campanha presidencial de 1952, nos EUA, quando a disputa entre Stevenson (intelectual e erudito) e Eisenhower (que alegava gostar de *bang-bang* e ter pavor da proximidade vazia dos estudados) acaba redundando no termo *egghead* (cabeça de ovo) para designar aqueles com preocupações intelectuais: “*a person of spurious intellectual pretension*”, superficial, emocional, feminino, “*a doctrinaire supporter of middle-european socialism as opposed to greeck-french-american ideas of democracy and liberalism*” (EISENHOUWER, 2012, p. 9). Eisenhower se apresentava como um portador do espírito do “americano comum”, em oposição ao intelectual, sobretudo aquele ligado à *Ivy League*, descrito como alguém que “*man who takes more words than are necessary to tell more than he knows*” (*Ibidem*, p. 10).

O elogio do “homem comum” é, quero argumentar, também um elogio ao *outsider* como posição moral. Ora, se no pós guerra a universidade passa a ser associada ao campo da política, ou seja, torna-se perfeitamente estabelecida, nada mais natural do que a crítica ao Estado associar-se à crítica à própria universidade. Analogamente, percebemos que o circuito liberal do pós-guerra critica o intelectual como modelo de sujeito, assim como a instituição universitária como se ela representasse o próprio Estado. O clássico manifesto anti-intelectual de von Mises, publicado em 1956, sintetiza essa animosidade: em *A filosofia do anticapitalismo* lemos que o problema dos intelectuais, sobretudo os americanos, é um enorme ressentimento em relação ao sucesso de seus conterrâneos mais economicamente prósperos. Para sublimar essa inveja, dizia Mises, é posta em marcha uma filosofia anticapitalista que descreve o empresário como bárbaro, como filisteu, ignorando que é apenas através da atividade empresarial que as artes e a literatura continuam existindo em um país como os EUA. Nos termos de Mises (1972, p. 101):

O surgimento de uma classe numerosa desses frívolos intelectuais é um dos fenômenos menos desejáveis da era do capitalismo moderno. Sua atividade importuna impede a discriminação das pessoas. São uma praga. Seria desejável que algo fosse feito para refrear sua confusão ou, melhor ainda, eliminar totalmente suas rodas e grupos sociais.

Embora o manifesto de Mises tenha circulado com grande entusiasmo pelos membros da intelectualidade liberal do pós-guerra, ele não inaugura um debate, mas soma-se a um tema muito frequentado naquele contexto: o da crise dos valores. Em *God and Man at Yale* (1951), por exemplo, William Buckley apresenta a universidade como o cenário perfeito da desagregação dos valores americanos. Outro nome consular nesse debate, para não alongar demasiadamente essa lista, é Allan Bloom, com seu famoso *The Closing of the American Mind* (1988). Nesse caso, não apenas o liberalismo da *MPS* mas também os famosos *sixties* e o movimento pelos direitos civis na universidade americana dão o tom da crítica da universidade. A questão abordada por ele gira em torno de como os movimentos estudantis na universidade americana dos anos 1960 contribuíram para dar forma a essa hostilidade em relação aos valores americanos tradicionais. Em seus dramáticos termos:

The American university in the sixties was experiencing the same dismantling of the structure of rational inquiry as had the German university in the thirties. No longer believing in their higher vocation, both gave way to a highly ideologized student populace. And the content of the ideology was the same—value commitment [...]. Whether it be Nuremberg or Woodstock, the principle is the same (BLOOM, 1988, p. 313).

Milton Gaither (2017), em sua história do discurso *homeschooling*, nos ajuda a compreender como essa demonização do discurso professoral tem permeabilidade na história dos movimentos conservadores dos EUA e que circula pelo mundo a partir da rede de intelectuais liberais do pós guerra. Ele mostra como, desde as últimas décadas do XIX, os defensores do *homeschooling* evocam um passado glorioso de educação, em oposição à educação moderna, pública e obrigatória. Trata-se, em suma, da história de uma desconfiança em relação às instituições escolares, somada a um contexto em que a ideologia do “empoderamento de si” e

do “*self government*” encontram uma justifica global no “medo dos totalitarismos” e no anticomunismo.

Toda essa crítica ao ensino formal encontra uma modulação conveniente na própria ontologia naturalista que organiza o debate liberal dos anos 1950 e 1960. A universidade, e os *insiders* a ela, passam a ser descritos como artificialidade, como interferência no processo de formação intelectual, que seria tão natural quanto qualquer outra instância do mundo social. Nesse sentido, a mediação institucional do saber, que garante a própria coesão profissional dos *insiders*, torna-se um entrave para o desenvolvimento natural do pensamento, que deveria ser, supunham esses intelectuais, orientado pela razão e pela otimização das potencialidades individuais.

Em *O declínio do homem público* (2014), Richard Sennet toca nesse ponto ao pontuar que uma das características mais relevantes das últimas décadas é a busca romântica da autorrealização.

O problema público da sociedade contemporânea é duplo: o comportamento e as soluções que são impessoais não suscitam muita paixão; o comportamento e as soluções começam suscitar paixão quando as pessoas os tratam, falseadamente, como se fossem questões de personalidade (SENNET, 2014, p. 17).

Sennet está se referindo a um super dimensionado desejo de revelar a própria personalidade no trato social a partir de qualidades pessoais intransferíveis, autênticas. Os sinais de autenticidade são, quero sugerir, os sinais do desajuste: não ser *insider* em uma instituição corrompida seria, então, uma questão de honra e o princípio que atestaria a veracidade do caráter do enunciador.

Também Wendy Brown tematizou esse aspecto em *In the ruins of neoliberalismo* (2018). Para a autora, se a democracia supõe um esforço por igualdade de condições ela deve supor, também, o esforço por criar e manter uma sociedade, na qual somos mais do que entes privados. “*Situated conceptually and practically between state and personal life, the social is where citizens of vastly unequal backgrounds and resources are potentially brought together and thought together*” (*Ibidem*, p. 28). Para Brown, é precisamente essa ideia de sociedade que está no centro da crítica do pensamento neoliberal, especialmente aquele de matriz estadunidense. A própria autora menciona que o desenvolvimento dessas teses se encontra na própria obra de Hayek, para quem o indivíduo é a única instância capaz de fazer julgamentos (*Idem*).

Enfraquecimento da sociedade, crescimento da demonização do discurso institucionalizado, crítica da ideia de compromisso intelectual, posituação da ideia do indivíduo absoluto: esses são pontos de encontro entre o modo de funcionamento liberal dos congressos e sua teoria mais ampla sobre o papel da universidade. Poderíamos então dizer que a posição privilegiada do *outsider* é uma posição criada pelo liberalismo do pós guerra? Menos do que estabelecer uma relação causal, sugiro que a dinâmica intelectual do pós-guerra, marcada pela consolidação dessa rede de intelectuais para-universitários – fortaleceu uma zona híbrida de enunciação intelectual que já existia desde o início da história da universidade enquanto instituição, mas que se torna relevante especificamente no momento em que essa instituição é questionada como braço institucional dos coletivismos e do engajamento dos intelectuais na

política. Voltaremos agora ao próprio Elias, que tematizou os problemas dessa “zona híbrida” na obra *Scientific Establishments* (1982), e tem algo a nos dizer sobre a importância de pensar historicamente a relação da universidade com a política.

***Scientific Establishments*: um jogo de perde-perde?**

Esse livro é uma coletânea de textos que reúne, sob organização de Norbert Elias, Herminio Martins e Richard Whitley, alguns textos que tematizam o funcionamento das instituições científicas e seus tensionamentos com o campo da política. A introdução, de autoria do próprio Elias, retrata uma tensão entre a ciência e a universidade, que não são sinônimos e efetivamente foram forças antagônicas até avançadas décadas do século XIX. Consolidada a relação de ascendência da universidade em relação a outros modelos de organização do saber, teria início um processo de profissionalização e organização hierárquica, condensada na sua figura principal: o professor. Elias se refere, sobretudo, às hierarquias internas da própria universidade, e narra um processo através do qual as disputas epistemológicas, sobretudo as filosóficas, são estruturadas como disputas efetivamente institucionais. Como as dimensões (teórica e institucional) se retroalimentam, é possível entender cientificamente como foi que a filosofia, e especificamente a metafísica, se tornou central na definição da própria ideia de universidade:

The Copernican innovation implied, not merely an advance in people's substantive knowledge, but also the ascent to a higher level of restraint and self-distanciation; in short, a specific change in people's personality structure. It required a lessening of their involvement in the experience of natural events or, expressed differently, a greater capacity for detachment. They had to forgo the pleasure of experiencing themselves, humans on this earth, as the centre of the universe and to accept instead, an emotionally far less appealing, although better orientating, i.e., more realistic, world view. A higher degree of individualization was another aspect of the same transformation (ELIAS, 1982, p. 23).

A intenção e a disposição de prover o senso público com um caminho e uma certeza, baseada em formas eternas de razão, análogas ao caráter preditivo das ciências naturais, teria contribuído, para Elias, no insulamento da própria universidade. Afinal, se se trata de um conhecimento restrito a poucos iluminados, não parece haver muitas possibilidades para que o sujeito *outsider* a esse meio reconheça seus esforços. Ao mesmo tempo, é essa crença transcendental naquilo que Bourdieu chamava de “monopólio da manipulação do sagrado”, a força que permite que a comunidade dos *insiders* acadêmicos se consolide: é no acesso vedado ao leigo, na linguagem hermética, que o carisma de grupo de ampara.

Além da introdução de Elias, gostaria de mencionar a colaboração de Peter Weingart, que tematiza a interação conflituosa entre estabelecidos e *outsiders* no universo intelectual. Em *The Scientific Power Elite – a Chimera*, Weingart argumenta que, quando se fala em “*scientific establishments*”, a imagem que se evoca é a de uma espécie de mandarinato poderoso como aquele descrito por Max Weber. Para o autor, todavia, se é verdade que a ciência e a

universidade se aproximaram da política nas últimas décadas, foi em prejuízo de sua autonomia institucional, e não o contrário. Weingart nos convida a pensar que, embora muito se fale do impacto que a ciência causou na política, pouco se menciona o impacto que essa aproximação causou na própria ciência: a desprofissionalização, a perda do controle sobre os próprios fins e abertura para a prevalência da *expertise* administrativa.

What we observe is rather a configuration of "expert groups" with different institutional bases participating in the policy-making process which we have called "hybrid community". (The term was chosen to differentiate it from the scientific community although it is probably even less a "community" than the academic scientists.) "Hybrid communities" represent the institutional expression of the increased communication pressures between the differentiated systems of politics, science and the economy. Their function is to help define policy problems in terms of systematic knowledge, to translate (operationalize) them into technical goals, to turn them into research, strategies, development programmes and correlate policy measures, all of which feed back into the perception and definition of the policy problems themselves. The significance of the "hybrid communities", therefore, lies in their cognitive function as brokers of expert knowledge and political values (WEINGART, 1982, p. 89).

A perda de autoridade do cientista, nesse sentido, é o que resulta da politização da ciência, na medida em que este perde seu trunfo diante do público, a objetividade. Em síntese, a cientifização da política é, na realidade, politização da ciência. Se levamos em consideração o debate aqui apresentado por Elias e Weingart, podemos conjecturar que o processo de descrédito do acadêmico no pós-guerra – derivado justamente da aproximação da universidade com a política – é um processo não apenas paralelo mas correlato à demonização do discurso professoral na qual se ampara o circuito para-universitário daquele contexto. Movimentos internos e externos, nesse sentido, operariam de forma orquestrada, quase simétrica, na composição de uma crítica moralizante à ideia de *establishment* universitário. Detentores da pureza do *outsider*, a intelectualidade liberal organizada em associações e futuros *thinktanks* conseguiria criar, nas décadas seguintes, um espaço social de enunciação do discurso intelectual capaz de comportar um elogio do estatuto de “paralelo”. Como advertiu Reinhardt Koselleck (1999, p. 106), “o usurpador não era o Rei, mas o Crítico”.

Considerações finais: Mozart

Mobilizo, nesse momento, o livro de Elias, *Mozart, a Sociologia de um gênio* (1995). A começar pelo título, o livro dialoga com outro sociólogo interessado nos constrangimentos institucionais da universidade, Pierre Bourdieu. Para o francês, os modos de aquisição da cultura sobrevivem nos modos de professá-la: é diferente, em qualquer sentido, possuir um saber escolar – seja de ópera ou de matemática – e possuir um saber que se adquire por lenta familiarização, que se manifesta quase como um élan atrelado ao conjunto da persona do indivíduo. Assumir que a tão desejada “autenticidade” atribuída ao gênio é, menos do que um dado da realidade, o efeito de um modo de adquirir e professar a cultura legítima, significa

colocar em questão a própria categoria do gênio. Mozart talvez seja o caso radical desse tensionamento: era um auto-didata cujos caminhos de inserção na dinâmica de Corte revelam os próprios limites da ideia de personalidade irreduzível.

Elias nos apresenta um Mozart preparado desde a infância para assumir o papel de músico de Corte. Graças aos esforços do pai, ele próprio um musicista aposentado, Mozart foi apresentado desde muito jovem aos padrões da cultura cortesã. Seu pai tentou por toda a vida lhe inculcar um *habitus*, uma etiqueta apropriada à vida na corte de Salzburgo, saber sem o qual, acertadamente imaginava, nenhum talento poderia resistir. Mozart, no entanto, de posse desses códigos, passou a vida tentando subvertê-los. Elias nos conta que, na Viena do século XVIII o *establishment* cortesão ditava toda a dinâmica de apreciação dos gostos musicais, em contraste com outras áreas da cultura, como a literatura, na qual os padrões burgueses lentamente se consolidavam criando um público independente das modas de Corte. Mozart, dessa forma, se somava a uma camada de musicistas cortesãos que, vindo de uma origem social plebeia, tentava encontrar um espaço para o exercício de seu talento em uma sociedade bastante hermética quanto ao comportamento aceitável, tanto no nível pessoal quanto no nível da ousadia das composições.

A maior parte das pessoas que seguia uma carreira musical era de origem não-nobre, ou, em nossa terminologia, burguesa. Se quisessem ter êxito na sociedade de corte, e encontrar oportunidades para desenvolver seus talentos como músicos ou compositores, eram obrigadas, por sua posição inferior, a adotar os padrões cortesãos de comportamento e de sentimento, não apenas no gosto musical, mas no vestuário e em toda a sua caracterização enquanto pessoas. Em nossos dias, tal necessidade de adaptar-se às demandas do *establishment*, seguindo a distribuição de poder, é mais ou menos dada como óbvia pelas pessoas socialmente dependentes. Os empregados de uma grande empresa ou loja de departamentos, especialmente quando querem ser promovidos, logo aprendem a ajustar seu comportamento ao padrão da empresa. Mas em sociedades onde há um mercado razoavelmente livre de oferta e demanda e mesmo, em algumas áreas, de empregos para profissionais, a diferença de poder entre o *establishment* econômico e os *outsiders* é muito menor do que a existente entre governantes absolutistas ou seus conselheiros e os músicos de sua corte — muito embora os artistas famosos e *à la mode* pudessem tomar certas liberdades. O célebre Gluck, um homem de origem pequeno-burguesa que absorveu as sutilezas dos padrões dominantes com grande verve tanto no gosto musical como no comportamento pessoal, conseguia, como qualquer outro cortesão, fugir disso, sendo, às vezes, até grosseiro (ELIAS, 1995, p. 20).

Os padrões de recrutamento cultural da sociedade de Corte não eram, enfim, profissionais, mas ditados e operacionalizados a partir de uma dinâmica que Max Weber identificaria como pré-capitalista, mais associada ao favor do que à profissão. Tratava-se de uma sociedade que, em suma, ainda não conhecia o padrão romântico do gênio, que se desenvolveria décadas depois a partir da ascensão das classes médias urbanas e de seu domínio sobre as cidades. Tudo se passa como se Mozart, vivendo e compondo em um ambiente de corte, se portasse socialmente como um burguês. Portar-se como um burguês, nesse caso, significa confiar em seu talento a ponto de considerar que as estruturas cortesãs, o *establishment* da época, não pudessem subjugar-lo. A força da jornada do herói, que depois seria exaustivamente tematizada na literatura sobre a autocontenção como valor clássico das classes

médias, ainda não tinha força suficiente para criar um público capaz de apreciar em Mozart não apenas a ópera, mas também o empreendedor de si mesmo e de sua originalidade. Nisso reside, precisamente, a tensão entre o *establishment* cortesão e seu mais talentoso *outsider*: o caminho da consagração por vias não *insiders* ainda não estava no horizonte de possibilidades, nem mesmo para Mozart. A posição de *outsider*, contudo, não agradava a Mozart, e não era ainda naquela época uma posição da qual se pudesse criticar o consenso do grupo estabelecido. Nos termos de Elias (1995, p. 37):

Sua rebelião pessoal contra a humilhação e a repressão que sofria nos círculos cortesãos, seja ao procurar emprego, seja como empregado, tinha, à primeira vista, alguma coisa em comum com a revolta, principalmente nas partes não-austriacas do império alemão, que encontrava expressão na literatura humanitária cujos conceitos básicos eram educação (*Bildung*) e cultura (*Kultur*). Como os burgueses pioneiros deste movimento filosófico e literário, Mozart insistia em sua dignidade humana, independentemente de origem ou posição social. Ao contrário do pai, nunca aceitou em seu íntimo a posição de inferioridade. Nunca se conformou com a condescendência com que ele e sua música eram tratados.

A imagem do gênio incompreendido é frequentemente reivindicada pela retórica do *outsider*. O gênio Mozart, no século XVIII, travou uma batalha por reconhecimento e assimilação durante toda a vida, ressentindo-se da vulgaridade dos gostos cortesãos e de sua incapacidade de apreciar a boa música. O *outsider* contemporâneo também se reconhece como incompreendido pelo *establishment* mas, ao contrário de Mozart, não almeja, ao menos do ponto de vista do discurso que o justifica perante o público, ser incorporado ao *establishment* ou reconhecido por ele: é do prestígio que a incompreensão do *establishment* lhe confere que se nutrem as posições disruptivas e “livres dos constrangimentos de grupo” ostentadas pelos críticos atuais da universidade. A zona híbrida que garante a posituação do espaço de enunciação *outsider* foi negada a Mozart, mas parece ser, hoje em dia, um requisito para sua estabilização. Entre a época de Mozart e as mudanças do pós-guerra que consolidaram essa posição, há 200 anos de amadurecimento da ideia de indivíduo radical, de personalidade autêntica e do herói que faz a si mesmo: um longo acúmulo de discursos profundamente interessados que legitimam, perante a opinião pública, as versões “paralelas” do mundo contemporâneo. Sinteticamente, a criação de espaços nos quais coexiste a crítica ao *establishment* com a dificuldade de acessá-lo tem raízes antigas o suficiente para que não sejam considerados apenas epifenômenos de uma sociedade “negacionista” ou dominada por filisteus anti-conhecimento. Reconhecer essa historicidade talvez seja o primeiro passo para entender os impactos da crítica *outsider* à universidade e, com isso, formular estratégias para sua sobrevivência. No fim, os criadores de conteúdo paralelo ao conhecimento disciplinar, especialmente aqueles que se baseiam na demonização pública do discurso professoral, já não querem juntar-se a um clube que os aceite como sócios.

Referências

- ARON, Raymond. *El ópio de los intelectuales*. Tradução Enrique Alonso. Barcelona: RBA, 2011.
- ARONSON, Ronald. *Camus & Sartre: o polêmico fim de uma amizade no pós-guerra*. Tradução Caio Liudvik. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- BLOOM, Allan. *The Closing of the American Mind*. New York: Simon and Schuster, 1988.
- BOS, Jaap. Types of Marginalization and Their Constitutive Relationship to Discourse. *L'Homme et la société*, v. 167-168-169, issue 1-2-3, p.177-201, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: Uma crítica social da faculdade do juízo*. Tradução Pedro Durte. Lisboa: Ed. 70, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.
- BROWN, Wendy. *In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Antidemocratic Politics in the West*. Columbia: Wellek Library Lectures, 2018.
- BUCKLEY, W.; CHAMBERLAIN, J. *God and man at Yale: the superstitions of academic freedom*. Chicago: Henry Regnery, 1951.
- BUTLER, Eammon. *A short story of the Mont Pèlerin Society*. From the past to the future: ideas and actions for a free Society. Stanford: Hoover Institute, 2000.
- CASANOVA, Pascale. *A republica mundial das letras*. Tradução Marcia Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CHARLE, Christophe. *La République des Universitaires. 1870-1940*. L'Universe Historique. Paris: Éd. du Seuil, 1994.
- CHARLE, Christophe. *The birth of intellectuals*. London: Polity Books, 2015.
- COLLINI, Stefan. *Speaking of Universities*. London: Verso, 2017.
- COSER, Lewis. *Hombres de ideas*. El punto de vista de um sociólogo. Tradução Ivonne de la Peña. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1968.
- DEWULF, F.; SIMONS, M. Positivism in Action: The Case of Louis Rougier. *HOPOS: The Journal of the International Society for the History of Philosophy of Science*, v. 11, n. 2, 2021.
- ELIAS, Norbert; SCOTTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ELIAS, Norbert. *Mozart*. Sociologia de um gênio. Organizado por Michael Schröter. Tradução Sérgio Góes de Paula. Revisão técnica, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- ELIAS, Norbert. Scientific establishments. In: ELIAS, N.; MARTINS, E.; WHITLEY, R. (Orgs.). *Scientific Establishments and Hierarquies*. Dordrecht: D. Rieder, 1982.
- GAITHER, Milton. *Homeschool*. An american history. Pensilvania: Palgrave, 2017.
- GROOT, Jerome De. *Consuming History Historians and heritage in contemporary popular culture*. Abingdon: Routledge, 2009.
- HAYEK, Friedrich. *Caminho à servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HOSFTADTER, Richard. *Anti-Intellectualism in American Life*. New York: Random House, 2012.
- JAY, Martin. *Permanent Exiles*. Essays on the intelectual migration from Germany to America. New York: Columbia Univ. Press, 1986.

- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Uma contribuição a patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- LEPENIES, Wolf. *Las tres culturas: La sociologia entre la literatura y la ciencia*. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- LEPENIES, Wolf. Norbert Elias: An outsider full of unprejudiced insight. *New German Critique*, v. 15, p. 57-64, 1978.
- MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 74, 2017.
- MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. *The road from Mont Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 2009.
- MIROWSKI, Philip. Postface: Defining Neoliberalism. In: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. *The road from Mont Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 2009.
- MISES, Ludwig Von. *The anticapitalistic mentality*. Pensilvania: Libertarian, 1972.
- NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados. Regimes historiográficos e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (Orgs.). *Escrever história*. Historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. Vitória: Milfontes, 2017.
- NICOLAZZI, Fernando. *Brasil Paralelo: restaurando a pátria, resgatando a história. A Independência entre memórias públicas e usos do passado*. (Apresentação) - Seminário: 1822 – Independência: Memória e Historiografia (24-28 de maio de 2021).
- ONOFRE, Gabriel da Fonseca. *O papel dos intelectuais e Thinktanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2018.
- PAUL, Herman. What is a scholarly persona? Ten theses on Virtues, Skills and Desires. *History and Theory*, Wesleyan University, v. 53, n. 3, p. 348-371, out. 2014.
- RINGER, Fritz K. *O Declínio dos Mandarins Alemães*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- RODRIGUES, L. S. Uma revolução conservadora dos intelectuais (Brasil/2002-2016). *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 39, maio-ago. 2018.
- SAID, Edward. *Representações do Intelectual*. Conferencias Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é Literatura?* São Paulo: Ática, 1989.
- SCOTT-SMITH, Giles. *The politics of apolitical culture*. The Congress for cultural freedom, the CIA and the Post-war American Hegemony. London: Routledge, 2002.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- SHAPIN, Stevan. É verdade que estamos vivendo uma Crise da Verdade? *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 308-319, jul.-dez. 2020.
- SHAPIN, Stevan. *The Scientific Life: a modern history of a late modern vocation*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 2008.
- TOURAINE, Alain. *The academic system in American society*. New Jersey: Mc Graw Hill, 1997.